

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 21 DE SETEMBRO DE 1999

*Senhor Vice-Presidente, Marco Maciel; Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente, José Sarney Filho; Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil, Doutor Pedro Parente; Senhores Líderes, Vice-Líderes, Parlamentares; Senhoras e Senhores,*

Depois do discurso tão expressivo do Ministro Sarney Filho, o Presidente da República poderia, simplesmente, felicitá-lo e apertar-lhe a mão porque, realmente, ele fez uma exposição compreensiva que explicou as políticas que estão sendo postas em prática neste dia.

Mas eu não queria me furtar à satisfação de juntar a minha à voz do Ministro e à voz de todos aqueles que têm preocupação com as questões ambientais no Brasil, neste dia, e dizer-lhes que uma pequena contribuição já dei. Não sei se notaram, eu espirrei – já fotografaram –, já se pode, talvez, chamar a atenção para o fato de que se fossem melhores as condições ambientais o Presidente não teria tido um espirro súbito por causa do ar-condicionado. Num ambiente mais saudável, iríamos nos furtar de uma fotografia do Presidente espirrando. Seria, talvez, uma perda, porque não se chamaria a atenção para a importân-

cia, até nos detalhes, de termos um ambiente saudável. Mas digo isso apenas a título de desanuviar, de tornar mais alegre o nosso encontro, de avançar cada vez mais nas questões do meio ambiente.

Eu me recordava, enquanto o Ministro Sarney Filho falava, de que graças aos insistentes esforços do então Deputado Fábio Feldman, aqui presente também, fui algumas vezes à casa do então Deputado Sarney Filho, na Constituinte, para discutirmos as questões do meio ambiente. E mesmo muito antes disso, na década de 70, havia uma preocupação, pela minha formação de sociólogo, ligada às questões econômicas do desenvolvimento. Começou a haver uma preocupação a respeito de como conciliar essa fome de progresso que existe na humanidade, e, portanto, até certo ponto de destruição, com o equilíbrio do meio ambiente. Como compatibilizar o respeito mínimo – e se possível máximo – às condições do meio ambiente e a sua reprodução para que possamos preservar as condições de sobrevivência da espécie humana.

Na década de 70, me marcou muito um seminário de que eu participei, na Suécia, na Universidade de Uppsala, onde preparávamos um projeto sobre desenvolvimento que veio a se chamar depois de ecodesenvolvimento. Ali, então, havia vários cientistas na área social e também na área ambiental, notadamente um da Índia. Mas os que mais marcaram presença e, portanto, influenciaram o meu pensamento foram um norueguês chamado Johan Galtung, um que é um brasileiro-francês-polonês chamado Ignacy Sachs. Foi a partir dali que nasceu um conceito de ecodesenvolvimento, que, mais adiante, se transformou em desenvolvimento sustentável.

De modo que, desde o nascimento dessa questão, tive essa preocupação. Procurei acompanhar o pensamento a respeito da relação entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. Hoje, isso é reconhecido por todos aqueles que têm uma mínima noção, mínima consciência dos desafios do mundo contemporâneo.

Ninguém, hoje, pode deixar de se preocupar com problemas como a elevação da temperatura na Terra, com a questão climática. Ninguém pode deixar de se preocupar com a emissão de gases que são nocivos ao

meio ambiente, notadamente no caso dos transportes urbanos. Outra vez, creio que o Doutor Feldman tem um papel decisivo para criar a consciência para esse problema nos grandes aglomerados urbanos, pela poluição que isso causa. Também ninguém mais pode deixar de prestar atenção a esse processo, que não é uma questão meramente de ação do Governo – é uma ação da sociedade. O que o Governo deve fazer é estender as pontes possíveis com a sociedade, porque só através de parcerias e de uma ação consistente, de uma ação que seja continuada, as coisas podem mudar para melhor. E me apraz lhes dizer que tenho visto no Brasil algumas ações que merecem relevo, não só em função do que na Amazônia se faz com o PPG-7, mas em várias outras partes do País.

Fui, recentemente – o Ministro Sarney me deu a honra da companhia – a Mamirauá, que é uma região de preservação da Floresta Amazônica. É muito significativo o que ali se vê, porque é realmente uma concentração de esforços do Governo, do governo estadual, de organizações não-governamentais, nacionais e estrangeiras, mas, sobretudo, de participação da população. É muito interessante ver como a população passou a ter ocupação, emprego em função da preservação. É emocionante ver-se, no meio daquelas lagoas infinitas, que são braços dos rios amazônicos, uma floresta submersa e, de repente, perdida naquele meio, uma casinha. E, nessa casinha, se encontram, como no nosso caso, um jovem, uma jovem portuguesa e uma americana, que estão lá, meses a fio, acompanhando o que está acontecendo com os botos cor-de-rosa. Aquilo tudo é possível porque existe uma estação experimental no meio da Amazônia.

Ali, em continuação a Mamirauá, há uma série de outras reservas. Em conjunto, elas alcançam cinco milhões de hectares de área preservada, com a participação ativa da população.

Ainda mais recentemente, pude verificar, *in loco*, no Acre, outra experiência dessa natureza. Lá, em Xapuri, há também uma reserva extrativista, criada com muita luta no passado. Hoje, estamos vendo a população se interessar crescentemente. O Doutor Paulo Nogueira Neto esteve lá também. Conhece muito mais do que eu essas matérias. O Ministro esteve também. Vemos que existe uma

preocupação que realmente se está enraizando no Brasil, que é mais importante do que tudo.

Na questão da Mata Atlântica, o problema é muito mais complexo, porque ela, na verdade, hoje, é cercada pelas grandes cidades. Então, a preservação tem que ser feita, aí, sim, com uma ação mais ativa do Governo. Daí a importância de regulamentação, hoje, da Lei de Crimes Ambientais. É preciso que haja uma ponte com a sociedade, é preciso mobilizar a sociedade, é preciso educar para a preservação. Não se pode obscurecer o fato de que se não houver também uma ação enérgica e, quando necessário, repressiva por parte das autoridades, vai ser muito difícil a manutenção do bioma e muito difícil manter o que ainda temos, sobretudo no caso da Mata Atlântica, pelas peculiaridades dessa região. Como já foi dito aqui, a diversidade biológica da Mata Atlântica é, talvez, maior do que a da própria Mata Amazônica.

Enfim, esse sentimento que nós, brasileiros, hoje temos da importância de sermos herdeiros de uma região onde ainda existe considerável parte das florestas e outros problemas ambientais que temos enfrentar é muito positivo. Daí por que marcar-se o dia 7 de maio como uma data comemorativa da questão da Mata Atlântica, comemorar-se hoje, como aqui se faz, a criação de novos parques florestais.

Devo lhes dizer, à pureza, que eu, por mim, vou olhar para Bodoquena também com um interesse preservacionista. Dispomos de uma riqueza extraordinária, que é o Pantanal. O Pantanal não pode ser menosprezado. E suas redondezas, tampouco. É algo muito importante e que não pode ser perdido. Existe um programa, que os Senhores sabem, feito com o BID. Ainda hoje, pela manhã, falei com o Governador do Mato Grosso do Sul sobre isso. Falei também com o Governador de Mato Grosso a respeito da importância desse programa. Nós vamos levá-lo adiante. O Governo Federal assumiu a responsabilidade por esse programa, pelo financiamento desse programa que, basicamente, é um programa de saneamento, para evitar que haja a destruição do Pantanal através da poluição basicamente humana e fruto, às vezes, até do próprio mau desenvolvimento. Assim como a Amazônia

nos preocupa, nos preocupa a Mata Atlântica, também nos preocupa o Pantanal como uma coisa que é muito importante.

Mais ainda: o Ministro já mencionou o fato de que na atividade florestal e na atividade preservacionista devemos ter 1 milhão e 60 mil pessoas empregadas nisso. Temos que transformar o desafio do meio ambiente em um desafio produtivo para o País. É uma maneira de carrear recursos para o País. Isso vale para a questão do clima. Nós nos esforçamos muito, na reunião de Kioto, na reunião de Buenos Aires também, para criar um mecanismo inteligente que permita, realmente, que se possam combater os efeitos daninhos da poluição e os problemas ligados ao aquecimento do clima através de certos mecanismos de trocas que permitam gerar recursos para que possamos levar adiante esse grande desafio que estamos enfrentando aqui.

Hoje, temos, portanto, várias razões para comemorar. Mas a comemoração não pode estancar o sentimento do que falta fazer. O Ministro mostrou o roteiro do Ministério do Meio Ambiente. É um roteiro importante, que está em marcha. Acho que foi importante o que aconteceu neste ano, o esforço que se fez para evitar focos de destruição das queimadas. Vê-se a imensa dificuldade disso.

Já visitei aqui no Ibama uma vez o local onde se faz o alerta antecipado dos focos de incêndio e, às vezes, me dá a impressão de que se pode aplicar para essa questão do meio ambiente aquilo que a mim me aflige muito na política. Digo sempre que a lucidez na política só aumenta a angústia, porque a gente sabe que vai dar alguma coisa errada e ela acontece. Tem-se pouca força para impedir. A gente sabe que vem, alerta e não adianta: a lucidez aumenta a angústia. Às vezes, vendo os mecanismos de que dispomos, hoje, de controle por satélite dos focos de queimada, me dá a mesma sensação: como é que se vai dormir sabendo que à noite vai queimar? E não há os mecanismos suficientes para impedir a queimada, até porque muitos focos são, realmente, muito difíceis de serem impedidos. Alguns são fruto, às vezes, até de combustão espontânea. O que é fruto de combustão em função das práticas de agricultura deformada a gente deve combater. Mas há uma parte que é combustão espontânea.

Não obstante as imensas dificuldades, viu-se que, neste ano, houve um esforço grande e que no arco do desmatamento da Floresta Amazônica não tivemos problemas como tivemos em anos anteriores. Isso é um grande esforço. Claro, tivemos outros problemas, sobretudo na zona do Pantanal, na zona do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, em função, principalmente, de queimadas que vieram de outros países. Temos, sempre, todo ano, problemas aqui, na região do Planalto Central. Provavelmente, são problemas antiquíssimos, cujo efeito negativo é menor do que quando o fogo atinge a floresta. No caso da savana, é mais fácil a recomposição, não tem um efeito tão negativo, o que não quer dizer que não seja negativo e não tenhamos de combater também. Mas vê-se que o Ministério está se aparelhando, está se adaptando para, crescentemente, dar conta desses desafios.

Quero finalizar porque, senão, vamos falar além do que é conveniente para o tempo dos Senhores e para o meu também. Mas me entusiasmo pelo tema, porque realmente é uma questão central para o Brasil, no seu futuro. Quero lhes dizer que o Ministério do Meio Ambiente e a Casa Civil trabalharam, ambos, muito ativamente na organização de uma Agência Nacional de Águas, que é outra questão muito importante para quem se preocupa com o meio ambiente. Faltava uma definição mais clara da política sobre utilização de recursos hídricos. Hoje, isso está nas mãos do Congresso Nacional, que, certamente, com a serenidade possível, vai devolver para que eu, com as modificações que julgar oportunas, possa não apenas sancionar essa lei, mas também criar uma agência reguladora das águas. Senão, vamos ver uma contenda infinita entre o uso da água para geração de energia e para irrigação ou água para beber. E é preciso que haja uma política para disciplinar tudo isso e que, além disso, possa ditar normas com respeito ao saneamento e à preservação das fontes de água mais pura.

Portanto, o ano foi profícuo nos esforços em termos de meio ambiente. Disse que ia ser breve porque o Ministro já tinha dito tudo o que eu pensava, mas não me furtei ao gosto de poder, ao pé da página, acrescentar duas ou três palavras, e, sobretudo, dar os parabéns a vocês todos que trabalham nessa área. Muito obrigado.